

DIREITO POR DIREITOS: MULHERES RURAIS DE PERNAMBUCO E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Gáudia Maria Costa Leite Pereira (1); Victor Pereira de Oliveira (1)

*1Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), gaudiacosta@gmail.com
1Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), victorpo55@hotmail.com*

Resumo

O Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA atua no Agreste Meridional de Pernambuco prestando assessoria ao Colegiado Territorial. São atendidos com esse serviço vinte municípios. Dentre as assessorias oferecidas pelo NEDET, há uma em Gênero, com o objetivo de apoiar atividades de assessoria técnica para articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais pertencentes ao Programa Território da Cidadania. A metodologia adotada prima pela sensibilização, mobilização e realização de eventos que envolvam as mulheres buscando promover um processo de empoderamento, informando sobre direitos e políticas públicas específicas, a fim de que avaliem a pertinência dessas políticas e planejem formas de melhorar o acesso a elas. Para tanto, foram realizados oito Encontros Municipais e cinco Territoriais, uma Conferência Livre de Mulheres, e a culminância dessas ações foi um Encontro Estadual de Mulheres, realizado em Garanhuns nos dias 05 e 06 de julho de 2016, onde mais de trezentas lideranças femininas dos dez Territórios de Pernambuco trataram dessa temática, relativa às Políticas Públicas específicas. Entre os resultados parciais, destacamos a produção um relatório detalhado sobre a situação das mulheres rurais em Pernambuco, onde se pode visualizar o que elas pensam da atual situação e para qual caminho se deve seguir, na resolução de problemas. Considera-se que mulheres rurais se sentem desfavorecidas em políticas públicas que assegurem legitimidade, informação, empoderamento, oportunidades e segurança.

Palavras-chave: NEDET, políticas públicas, equidade, gênero, inclusão.

Introdução

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, ao iniciar, em 2003, o processo de conformação de territórios rurais, materializa órgãos colegiados como a Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER e, incentiva e fortalece os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural – CEDR e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, com o intuito de fortalecer a participação dos atores sociais na elaboração e execução das políticas, de modo a combater a pobreza rural e garantir melhores condições de vida na agricultura (DIAS, 2008).

A implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do MDA, concretizou a experimentação de espaços públicos de participação em escala supramunicipal, nesse caso, territorial (BRASIL, 2005).

A criação do Território da Cidadania do Agreste Meridional é resultante da política territorial pensada e desenvolvida pelo MDA e a partir dela originou-se a Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM, constituída em 2003, abrange uma área de 13.113,50km², localizada na Mesorregião do Agreste Meridional e Sertão de Pernambuco. Atualmente é composta por vinte municípios, sendo um do Agreste Central: São Bento do Una; dezesseis do Agreste Meridional: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Buíque, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Iatí, Ibirajuba, Itaíba, Paranatama, Pedra, Saloá, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa; e três do Sertão do Moxotó: Ibibimirim, Inajá e Manarí. A CODETAM tem em sua composição noventa instituições, quarenta e cinco representantes da sociedade civil e quarenta e cinco representantes do poder público (municipal, estadual e federal).

Desde sua constituição, não foram executadas atividades/ações voltadas especificamente para mulheres.

Dentre as políticas destinadas para os Territórios, surgem os Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, resultado de uma parceria entre o MDA, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e, posteriormente, Universidades. O NEDET do Agreste Meridional é vinculado a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG. Conta em seu quadro com uma Assessoria Territorial de Gênero – ATGE, desde fevereiro/2015, com o objetivo de possibilitar a reunião de elementos mobilizadores que traduzam e multipliquem as experiências exitosas das mulheres e propiciem participações mais efetivas nos assuntos pertinentes ao Território.

Com o trabalho da Assessoria de Gênero, a temática sobre as mulheres passou a fazer parte das pautas das instâncias e Assembleias/Plenárias Territoriais. As Conselheiras e os Conselheiros Territoriais reconheceram a dívida que o Território tinha com esse seguimento.

O NEDET promoveu, em parceria com a CODETAM e a UFRPE/UAG o 1º Encontro Territorial de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, realizado em 09 de outubro de 2015, com a presença de vinte e cinco lideranças femininas do Território, além de outras convidadas. Depois desse, foram realizados outros quatro Encontros Territoriais, oito Encontros

Municipais, uma Conferência Livre de Mulheres, e a culminância dessas ações foi um Encontro Estadual de Mulheres, realizado em Garanhuns, na sede da UFRPE?UAG, nos dias 05 e 06 de julho de 2016, onde mais de trezentas lideranças femininas dos dez Territórios de Pernambuco trataram dessa temática, relativa às Políticas Públicas específicas, buscando formar uma rede de cooperação entre as lideranças femininas dos municípios.

Mulher, negra e camponesa: essas características implicam na mútua potencialização e sobredeterminação de três das condições de maior vulnerabilidade social e programática que incidem sobre os segmentos já mais pobres da população brasileira (VARGAS e BATISTA, 2016).

Segundo Santana e Benevento (2013), “a mulher deve ser considerada uma parceira nas questões tanto sociais quanto profissionais”. É com essa visão que o trabalho foi construído, valorizando a mulher enquanto protagonista dessa rede de conhecimento e de trabalho, buscando contribuir para o seu desenvolvimento a partir da estratégia territorial.

Na dimensão social da vulnerabilidade, a justaposição de especificidades que modelam as diferentes relações sociais, como as étnico-raciais, de gênero, de classe social, geracionais, de condições físicas e psicológicas, entre outras, traduzem-se na corporificação das relações. Por exemplo, entre uma mulher negra, idosa, profissional autônoma, que vive em um bairro popular, e sua vizinha, mulher branca, adulta, funcionária, ambas inseridas em famílias sustentadas por mulheres. As relações sociais são sempre permeadas por características de maior igualdade/desigualdade no âmbito da cidadania, garantia/privação de direitos, inclusão/exclusão social, liberdades/cerceamentos, simetrias/assimetrias, que influenciam o acesso ou não a direitos e aparelhos sociais como saúde, educação, cultura, lazer, emprego, informação e conhecimento relevante (PRESTES e PAIVA, 2016).

A Lei 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso. A Lei tipifica a violência doméstica como uma forma de violação dos direitos humanos, define penas mais duras aos agressores e maior proteção judicial e policial às mulheres vítimas de violência. Também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, englobando, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral.

Embora esta lei tenha sido sancionada apenas em 2006, outras medidas já haviam sido tomadas anteriormente como em 2003, quando o Ministério da Saúde, em parceria com diversos setores da sociedade, elaborou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), publicada em 2004. Um dos

objetivos foi incorporar entre seus temas prioritários a promoção da atenção para mulheres em situação de violência, organizando redes integradas de proteção, articulando ações de prevenção de agravos e promovendo o empoderamento feminino (VIEIRA e HASSE, 2017).

Sendo criada em 2013, Secretaria de Política Para Mulheres (SPM), tem a finalidade de promover igualdade entre homens e mulheres combatendo todas as formas de preconceito e discriminação. A Secretaria elegeu a violência contra as mulheres uma, dentre as suas três linhas de ação. Desde a sua criação, foram publicadas vários documentos visando discutir e orientar as pessoas interessadas sobre o tema. No entanto, sem perder de vista os questionamentos da assimetria entre os gêneros e a garantia de atenção integrada e humanizada para mulheres em situação de violência.

Políticas públicas de proteção aos direitos da mulher vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, em especial com o aprimoramento da legislação pertinente e de normas e princípios para o enfrentamento da violência contra a mulher. No tangente às atribuições dos serviços de saúde avaliado, conclui-se que as diretrizes analisadas têm tido eficácia, sendo necessário, entretanto, a realização de estudos com maior abrangência nos serviços não só de referência, mas de toda a rede de atendimento integrante do SUS, em prol da melhor notificação dos casos, minimização dos danos às vítimas, possibilitando-se assim a punição dos culpados (PINTO et al., 2017).

A Assessoria em Gênero do NEDET, em seu trabalho junto às mulheres rurais do Território, atua em duas vertentes: acesso à informação sobre direitos e orientação sobre a melhoria para o aumento da renda, entendendo que com informação e boa condição financeira, mulheres melhoram sua autoestima e conseguem respeito, legitimidade, empoderamento, oportunidades e segurança.

Para atuar com a conscientização das pessoas, a fim de libertá-las das relações injustas estabelecidas pela cultura que pratica a dominação de um grupo sobre outro, buscamos a libertação, fundamentada por Paulo Freire (1921-1997), como essencial para ajudar no entendimento dos mecanismos da opressão institucionalizada. A pedagogia sugere que a educação envolve processos que levam a ampliação da consciência e a aquisição da autonomia, assegurando ao dominador e ao dominado libertarem-se de relações verticalizadas/injustas, e que esse processo seja iniciado pelo oprimido (OLIVEIRA et al., 2009 a), nesse caso, a mulher.

Com o intuito de apoiar com atividades de assessoria técnica a articulação e promoção da participação de mulheres rurais no Colegiado Territorial, foram realizadas mobilizações de mulheres para atividades de formação política sobre gênero; levantamento de dados e informações

subsidiárias ao monitoramento e avaliação das políticas públicas efetivadas no Território; orientação para a organização institucional das mulheres; e fomento à criação de instrumentos de proteção e amparo às mulheres vítimas de violência.

O objetivo desse Relato de Experiência é descrever, a partir das ações da Assessoria de Gênero do NEDET Agreste Meridional de Pernambuco, a importância da participação de mulheres no desenvolvimento territorial e a necessidade de conscientização de mulheres rurais sobre políticas públicas voltadas para elas. Neste sentido, subdividimos o trabalho em duas partes, na primeira fazemos uma sucinta abordagem com bibliografias voltadas para o tema e na segunda, procuramos aprofundar como o trabalho da ATGE foi desenvolvido desde o início, em fevereiro de 2015.

Metodologia

A organização das mulheres pelo NEDET teve como Objetivo Geral apoiar, com atividades de assessoria técnica, a articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais pertencentes ao Programa Território da Cidadania. Os Objetivos Específicos foram: 1) favorecer o conhecimento das mulheres sobre as Políticas Públicas voltadas para mulheres; 2) contribuir na organização institucional das mulheres; 3) consolidar uma Câmara Territorial de Mulheres; 4) criar instrumentos de proteção e amparo às mulheres vítimas de violência.

Foi elaborado um planejamento de ações, de acordo aos requisitos descritos no projeto do NEDET encaminhado e aprovado pelo CNPq, acrescido de informações repassadas pelo MDA em uma capacitação específica para as Assessorias de Gênero. O planejamento consistia inicialmente na implantação de uma Câmara Territorial de Mulheres e na realização de, no mínimo, quatro encontros territoriais e um encontro estadual de mulheres rurais.

Em meados de 2015 foi instituída, em Plenária Territorial, uma Comissão de Mulheres, formada por três Conselheiras, com a função de organizar o que viria a ser a Câmara Temática de Mulheres, tendo para isso a assessoria da ATGE. Nove meses depois, foi instituída por aprovação unânime da Plenária Territorial, a Câmara Territorial de Mulheres, composta por dez lideranças territoriais femininas. Com a evolução dos trabalhos da ATGE, a Plenária Territorial passou a reconhecer a importância dessa Assessoria para a realização de seus trabalhos, pois questões de gênero já havia se tornado tema relevante nos debates territoriais.

Para realização dos Encontros Territoriais e Municipais de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, a ATGE fez o levantamento das lideranças femininas que atuavam no Território, iniciando esse levantamento junto a Diretoria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais

Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco - FETAPE e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR dos municípios que compõem o Território. Visto que essa Federação e seus Sindicatos têm um trabalho consolidado com mulheres rurais.

A base para a mobilização consistiu em ligações telefônicas, para informar sobre o trabalho a ser executado e explicando a pretensão de realização do 1º Encontro Territorial de Mulheres, solicitando um endereço eletrônico (e-mail) para enviar convite formal. Na antevéspera do evento, foram realizados contatos por Short Message Service – SMS (Serviço de Mensagens Curtas). Foi constatado que das três formas de contatos – telefônicos, por e-mails e SMS, a última surtiu um melhor efeito, pois quase todas as mulheres contatadas tinham celulares. Vejamos: contatos telefônicos – muitas lideranças residem e trabalham no meio rural, por vezes a cobertura de área de sinal de celular não é boa; contatos por e-mail – várias lideranças não possuem endereço eletrônico; quanto aos contatos por SMS, os aparelhos celulares acusam assim que se conectam com um sinal da antena de celulares.

Nos cinco encontros realizados, o NEDET custeou as despesas de alimentação (lanches e almoços) de todas as participantes. Os municípios e instituições custearam as despesas de transporte. A UFRPE/UAG cedeu gratuitamente o local para realização dos eventos. Cada Encontro teve carga horária inicial de 8h, apesar da mesma não ser cumprida à risca, pois os municípios são distantes de Garanhuns – local de realização dos eventos. Em números: 25 lideranças presentes no 1º Encontro, 17 no 2º, 17 no 3º, 27 no 4º e 25 no 5º, além de outros interessados, em todos os Encontros. A cada Encontro as participantes assumiriam a função de transmitir as informações obtidas, às demais lideranças nos seus municípios.

Como pauta de todos os Encontros foram adotados além de temas programados, a franquia para o acréscimo de assuntos trazidos pelas lideranças. Em todos os Encontros foi solicitado que as convidadas respondessem a um questionário que tratava sobre informações pessoais, experiências de trabalhos com mulheres, outras experiências de trabalhos, conhecimento sobre políticas públicas voltadas para mulheres – executadas pelo MDA e expectativas com relação ao trabalho que se iniciava. Informações obtidas nesses questionários servem de base tanto para o planejamento de ações, como também, para produção científica.

As mesmas pautas foram adotadas para os Encontros Municipais, provocando graus de aprofundamento e complexidade. As lideranças iam se apropriando dos assuntos e, assim como nos Encontros Territoriais, a pauta estava aberta para o acréscimo de assuntos trazidos por elas.

Para a realização do Encontro Estadual, foi efetivada uma parceria entre os cinco NEDET do estado de Pernambuco. Foi realizado um Encontro das ATGE de Pernambuco para planejamento do evento e distribuição de tarefas. Também foram realizados dois encontros de Coordenadores dos NEDET para definição de questões orçamentárias.

O Encontro Estadual foi realizado em Garanhuns, na sede da UFRPE/UAG, nos dias 05 e 06 de julho de 2016, onde mais de trezentas lideranças femininas dos dez Territórios de Pernambuco trataram das temáticas relativas às Políticas Públicas específicas para mulheres rurais. Deste Encontro foi produzido um relatório detalhado sobre a situação das mulheres rurais em Pernambuco, onde se pode visualizar o que elas pensam da atual situação e qual caminho se deve seguir, na resolução de problemas (OLIVEIRA, 2016 b).

Resultados e Discussões

Vários estudos e trabalhos científicos foram realizados durante a execução dos serviços da Assessoria de Gênero. Destacamos aqui os resultados encontrados em duas situações: o 1º Encontro Estadual de Mulheres Rurais dos Colegiados Territoriais de Pernambuco, e o outro, em uma pesquisa realizada com setenta e duas lideranças rurais femininas, de quatro municípios do Território, sobre as diversas políticas públicas disponibilizadas pelo MDA para mulheres rurais.

Resultado obtido no 1º Encontro Estadual de Mulheres Rurais dos Colegiados Territoriais de Pernambuco



O **Gráfico 1** apresenta um resultado que nos faz refletir sobre a realidade das mulheres nos seus contextos locais e sobre as ênfases colocadas em várias situações nos processos formativos. O aspecto da autonomia, empoderamento e abandono obtiveram menor relevância na pesquisa. Não por coincidência esses elementos são mais enfatizados nos discursos e eventos de mulheres, e pelos dados percebe-se estarem sendo alcançados. Enquanto a falta de informação, dificuldade para o acesso das políticas públicas, ausência dos temas específicos vinculados às mulheres nas discussões nos vários espaços sociais, educação e formações inadequadas, ficaram em primeiros lugares. Se as mulheres estão se sentindo mais autônomas e empoderadas, por que não conseguem ter as informações e acessar as políticas? Nisso, parece haver uma discrepância entre os aspectos afetivos e o político. A mobilização das mulheres ativas em eventos feministas mostra-se não tão focada em uma objetiva atenção para os avanços e conquistas de políticas públicas efetivas.

Resultado obtido em pesquisa sobre Políticas Públicas, em Águas Belas, Angelim, Bom Conselho e Itaíba, com setenta e duas lideranças rurais femininas

Tabela 1 - Distribuição de percentual de respostas a questões fechadas, apresentadas por setenta e duas lideranças femininas rurais dos municípios de Águas Belas, Angelim, Bom Conselho e Itaíba a respeito do conhecimento e acesso a dez políticas públicas voltadas para mulheres rurais, executadas pelo MDA, durante os Encontros Municipais realizados pela Assessoria Territorial de Gênero do NEDET Agreste Meridional/PE – 2016.

Nº Políticas Públicas	Perguntas	%
1 Titulação Conjunta de Terras (Portaria nº 981/2003 do INCRA)	Não Respondeu*	61,11%
	Conhece	16,67%
	Não Conhece	20,83%
	Acessou	2,78%
	Não acessou	30,56%
2 Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais	Não Respondeu*	56,94%
	Conhece	22,22%
	Não Conhece	19,44%
	Acessou	6,94%
	Não acessou	29,17%
3 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	Não Respondeu*	56,94%
	Conhece	19,44%
	Não Conhece	22,22%
	Acessou	8,33%
	Não acessou	26,39%
4 Programa Terra Forte (INCRA)	Não Respondeu*	68,06%
	Conhece	5,56%
	Não Conhece	25,00%

	Acessou	0,00%
	Não acessou	22,22%
5 Programa Terra Sol (INCRA)	Não Respondeu*	68,06%
	Conhece	5,56%
	Não Conhece	22,22%
	Acessou	2,78%
	Não acessou	22,22%
6 Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços (PROINF)	Não Respondeu*	62,50%
	Conhece	13,89%
	Não Conhece	22,22%
	Acessou	8,33%
	Não acessou	25,00%
7 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Não Respondeu*	31,94%
	Conhece	52,78%
	Não Conhece	13,89%
	Acessou	30,56%
	Não acessou	33,33%
8 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher (PRONAF)	Não Respondeu*	38,89%
	Conhece	43,06%
	Não Conhece	16,67%
	Acessou	18,06%
	Não acessou	36,11%
9 Fomento Mulher (antigo Apoio Mulher)	Não Respondeu*	52,78%
	Conhece	30,56%
	Não Conhece	15,28%
	Acessou	12,50%
	Não acessou	25,00%
10 Assistência Técnica e Extensão Rural específica para Mulheres Rurais (ATER Mulher)	Não Respondeu*	40,28%
	Conhece	43,06%
	Não Conhece	15,28%
	Acessou	15,28%
	Não acessou	38,89%

* “Não Respondeu” equivale também à falta de conhecimento que essas lideranças rurais entrevistadas têm sobre as Políticas Públicas para Mulheres Rurais executadas pelo MDA.

Obs.: Em algumas respostas as entrevistadas optaram por marcar duas opções, pó exemplo: “conhece” / “não acessou”.

A **Tabela 1** apresenta resultados que nos permite observar a falta de informação dessas lideranças pesquisadas, sobre as políticas públicas mantidas pelo MDA para mulheres rurais. Concluímos que isso se dá em função da falta de acesso a informações sobre as políticas, a falta de

interesse em buscar informações qualificadas, e ao clientelismo que as levam a interação com políticos e instituições locais, numa relação de dependência, na busca por “favores”.

Podemos destacar como outros resultados parciais encontrados: 1) Identificação das lideranças femininas do Território; 2) Sensibilização/mobilização das mulheres; 3) Realização de cinco Encontros Territoriais e oito Encontros Municipais de lideranças femininas; 4) Mulheres sensibilizadas e interessadas em adequar suas organizações institucionais para acessarem Políticas Públicas; 5) Onze municípios do Agreste Meridional de Pernambuco, sensibilizados para implantação dos Conselhos de Diretos da Mulher; 6) Realização do Encontro Estadual de Mulheres e diagnóstico das principais dificuldades identificadas por mais de trezentas lideranças femininas dos dez Territórios do estado de Pernambuco; 7) Produção de um relatório detalhado sobre a situação das mulheres rurais em Pernambuco, onde se pode visualizar o que elas pensam da atual situação e para qual caminho se deve seguir, na resolução de problemas; e 8) Afirmação do Colegiado Territorial como instância relevante para conquistas sociais.

Conclusão

Considera-se que mulheres se sentem desfavorecidas em políticas públicas que assegurem legitimidade, informação, empoderamento, oportunidades e segurança; e que as políticas públicas para as mulheres rurais ainda não são acessadas pela grande maioria das potenciais beneficiárias, entretanto, são urgentes e, talvez por isto, representam um meio agregador das mulheres, que precisam e desejam ser atendidas.

Há um longo caminho na busca da equidade de gêneros.

Referências Bibliográficas

BENEVETO, C. T.; SANTANA, V. C. **O conceito de gênero e suas representações sociais**. Revista Digital Buenos Aires, ano 17, nº 176, 2013.

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referência para a Gestão social dos territórios rurais**. Brasília, Série Documentos SDT, nº3, 2005.

DIAS, M. M. **Relatório qualitativo do processo de desenvolvimento territorial**: território médio rio doce. MDA/SDT e PLURAL, Viçosa-MG, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, J. B. de e et al. **Tramelas, janelas e horizontes: metodologia de inclusão de jovens via empreendedorismo solidário.** Fortaleza, Obra Kolping do Brasil, 2009.

_____. **Relatório final do encontro estadual de mulheres dos colegiados territoriais.** Garanhuns – PE, NEDET, 2016. 42p. – Disponível em: <<http://agrestemeridional.territoriosruraispe.com.br/index.php/component/content/article/132-relatorio-final-do-1o-encontro-estadual-de-mulheres-dos-colegiados-territoriais-de-pernambuco>> Consultado em 21 de agosto de 2017.

PINTO, L. S. S. et al. **Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual.** Ciência & Saúde Coletiva, 22 (5):1501-1508, 2017.

PRESTES, C. R. S.; PAIVA, V. S. F. **Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência.** Saúde e Sociedade. São Paulo, v.25, n.3, p.673-688, 2016.

VARGAS, I. van D.; BATISTA, L. E. **Saúde da população negra e da mulher como políticas públicas e campos intelectuais: subsídios para um estudo de caso sobre o racismo institucional sistêmico.** Saúde e Sociedade. São Paulo, v.25, n.3, p.521-523, 2016.

VIEIRA, E. M.; HASSE, M. **Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência.** Interface. Botucatu; 21 (60):51-62, 2017.

